AO JUÍZO DA VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL – ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Principal n.: 5094775-67.2024.8.24.0023

WILHELM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, neste ato representada por sua sócia **Dra. MARA DENISE POFFO WILHELM**, advogada, inscrita na OAB/SC sob o n. 12.790-B, vem respeitosamente a presença deste r. Juízo, com arrimo no art. 22, inciso II, alínea "c", da Lei n. 11.101/05, apresentar **RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DO DEVEDOR – JUNHO/2026**, referente à Recuperanda **RODOJUSTI TRANSPORTES E COMERCIO LTDA**, nos termos da Recomendação n. 72 do Conselho Nacional de Justiça.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2026.

WILHELM SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Mara Denise Poffo Wilhelm
Administradora Judicial
OAB/SC 12.790-B

1 INTRODUÇÃO 3
2 HISTÓRICO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 3
3 CONTEXTO OPERACIONAL 5
4 ESTRUTURA SOCIETÁRIA 6
5 QUADRO DE COLABORADORES 6
6 ANÁLISE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS . 7
6.1 ATIVO 7
6.2 PASSIVO 8
6.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO 10
6.4 INDICADORES FINANCEIROS 12
6.5 DÍVIDAS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS 14
6.5.1 CREDORES CONCURSAIS 14
6.5.2 CREDORES EXTRACONCURSAIS 14
7 VISITA TÉCNICA 15
8 QUESTIONÁRIO SOBRE A DURAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 17

1 INTRODUÇÃO

O Relatório Mensal de Atividades (“RMA”) está previsto no artigo 22, inciso II, alínea “c”, da Lei n. 11.101/2005 e reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da recuperação judicial da empresa **RODOJUSTI TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA**, cujo processamento deferido em 17/03/2025.

Com efeito, o presente o RMA objetiva garantir ao juízo, ao Ministério Público, aos credores e a quaisquer interessados um fluxo contínuo de informações a respeito das atividades da Recuperanda, assim como do cumprimento do plano de recuperação judicial, caso seja aprovado e homologado.

A análise técnica contábil apresentada neste RMA é limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, de sua responsabilidade e de forma não exaustiva, sobre a situação da empresa.

Em relação aos aspectos processuais, serão apresentadas as movimentações sobre os principais pontos desenvolvidos, com base na premissa básica descrita no artigo 47 da Lei n. 11.101/2005.

Os dados foram coletados e analisados pela Wilhelm Sociedade de Advogados, extraídos dos autos do processo de Recuperação Judicial e a partir do fornecimento de documentos solicitados, principalmente no que tange às informações contábeis e financeiras.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório, podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do telefone (47) 3330-0070 ou e-mail: admjudicial@wnadv.com.

2 HISTÓRICO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A empresa **RODOJUSTI TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA** ajuizou Tutela de Urgência Cautelar em Caráter Antecedente Preparatória de Processo Recuperacional, recebendo o n. 5094775-67.2024.8.24.0023, sendo a Emenda a Inicial apresentada em 28 de fevereiro de 2025 e o deferimento da Recuperação Judicial em 17 de março de 2025.

Em cumprimento a alínea “a”, inciso I, do artigo 22 da Lei 11.101/05, a Administração Judicial encaminhou correspondência a todos os credores da Recuperanda, informando valor, classificação e origem dos créditos listados na relação de credores da empresa.

O Edital previsto no artigo 52, §1º c/c artigo 7, §1º da Lei 11.101/05 foi devidamente publicado em 25/03/2025, iniciando-se o prazo para que os credores apresentem diretamente ao Administrador Judicial as habilitações e/ou divergências de crédito.

A Administração Judicial apresentou a relação de credores prevista no artigo 7º, §2º da Lei 11.101/05, no dia 26/05/2025, a qual foi devidamente publicada em 11/06/2025, cujo decurso do prazo previsto no artigo 8º da Lei 11.101/05 ocorreu em 23/06/2025.

A Recuperanda, apresentou o Plano de Recuperação Judicial, conforme previsto no artigo 53 da Lei 11.101/05, no dia 15/05/2025, o qual também restou publicado em 11/06/2025, sendo que o prazo para apresentação das objeções encerra em 11/07/2025.

Tendo em vista a apresentação de objeções por parte dos credores, houve a convocação da Assembleia Geral de Credores, em 1ª Convocação no dia 25/09/2025 e 2ª convocação no dia 09/10/2025.

Realizada a primeira convocação em 25/09/2025, constatou-se a insuficiência do quórum previsto no artigo 37, §2º da Lei 11.101/05, portanto, não houve a instalação.

Em segunda convocação, realizada em 09/10/2025, foi levado a votação o pedido de suspensão da Assembleia Geral de Credores pelo prazo de 60 dias, com sua retomada em 09/12/2025, sendo aprovado por 91,85% dos créditos presentes.

Na continuidade da 2º Convocação da Assembleia Geral de Credores, foi levado à votação o Plano de Recuperação Judicial e o modificativo apresentado, restando APROVADO pela maioria dos credores.

Em decisão proferida em 09/01/2026 (ev. 560), foi concedido à Recuperanda o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para apresentação das certidões negativas de débitos, nos termos do art. 57 da Lei 11.101/05.

Além disso, em decisão proferida em 20/03/2026, no evento 599, o Juízo indeferiu o pedido de dispensa da apresentação da certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos fiscais.

Segue a demonstração das datas em que ocorreram os principais eventos processuais no processo de Recuperação Judicial da empresa **RODOJUSTI TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA**:

Data Prevista	Data da Ocorrência	Movimento	Ev.	Lei 11.101/05
	17/12/2024	Tutela de Urgência Cautelar em Caráter Antecedente Preparatória de Processo Recuperacional	1	Art. 20-B, §1º
	28/02/2025	Emenda à Inicial - Distribuição do pedido de RJ	97	Art. 47
	11/03/2025	Laudo de Constatação Prévia	109	Art. 51-A
	17/03/2025	Deferimento do Processamento RJ	120	Art. 52
	20/03/2025	Termo de Compromisso da Administradora Judicial	149	Art. 33
	25/03/2025	Publicação do Deferimento do Processamento da RJ e Relação Nominal de Credores Empresa	158	Art. 52, § 1º
	09/04/2025	Prazo Fatal para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas		Art. 7º, § 1º
26/05/2025	15/05/2025	Prazo para apresentação do Plano de Recuperação Judicial	239	Art. 53
26/05/2025	26/05/2025	Prazo para apresentação da Relação de Credores do AJ	257	Art. 7º, § 2º
	11/06/2025	Publicação do Edital: Lista de Credores do AJ	287	Art. 7º, II
	11/06/2025	Publicação do Edital: Recebimento do Plano	287	Art. 53
	23/06/2025	Prazo fatal para apresentação das Impugnações Judiciais		Art. 8º
	11/07/2025	Prazo fatal para apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial		Art. 55
14/08/2025		Prazo para realização da AGC		Art. 56, § 1º
	26/07/2025	Publicação do Edital: Convocação AGC	383	Art. 36
25/09/2025	25/09/2025	Assembleia Geral de Credores - 1ª Convocação	508	Art. 37
09/10/2025	09/10/2025	Assembleia Geral de Credores - 2ª Convocação: Aprovada a suspensão por 60 dias	531	Art. 37
09/12/2025	09/12/2025	Assembleia Geral de Credores - 2ª Convocação em continuidade: PRJ Aprovado	555	Art. 37
16/01/2026		Encerramento do Período de Suspensão		Art. 6º, § 4º

3 CONTEXTO OPERACIONAL

Conforme consta na inicial, a empresa iniciou suas atividades em 1º de maio de 2002, sendo fundada por Vanderlei Giassi e Anderson Colombo Justi, estando administrada atualmente por Fabiano Schueroff, representante legal da FS Participações Societárias Ltda (sócia).

Ao realizar diligências nos estabelecimentos da Recuperanda, constatou-se que a principal atividade desenvolvida pela empresa é a compra e venda de grãos (milho/soja), cuja atividade é exercida na filial de Braço do Norte/SC. Além disso, exerce atividades de transporte rodoviário de cargas.

Sobre a efetiva crise, consta na inicial que após a mudança administrativa e a expansão dos negócios, incluindo a abertura de filiais e investimentos no agronegócio, a empresa enfrentou uma severa crise financeira.

Além disso, o aumento dos custos operacionais, aliado à retração de seus principais clientes, forçou a contração de diversos empréstimos junto a instituições financeiras.

Ao final, aponta que a manutenção das atividades empresariais depende do deferimento da recuperação judicial, ante a situação de crise econômico-financeira, que impõe a negociação e reestruturação de seu passivo de forma ordenada, possibilitando a preservação de seu caixa e a manutenção de suas atividades.

4 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com relação a estrutura societária, trata-se de sociedade empresária limitada, nos termos do art. 1.052 do Código Civil, sendo composta por um capital social de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) divididos em 90.000 (noventa mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizadas em moeda corrente do país, assim subscritas:

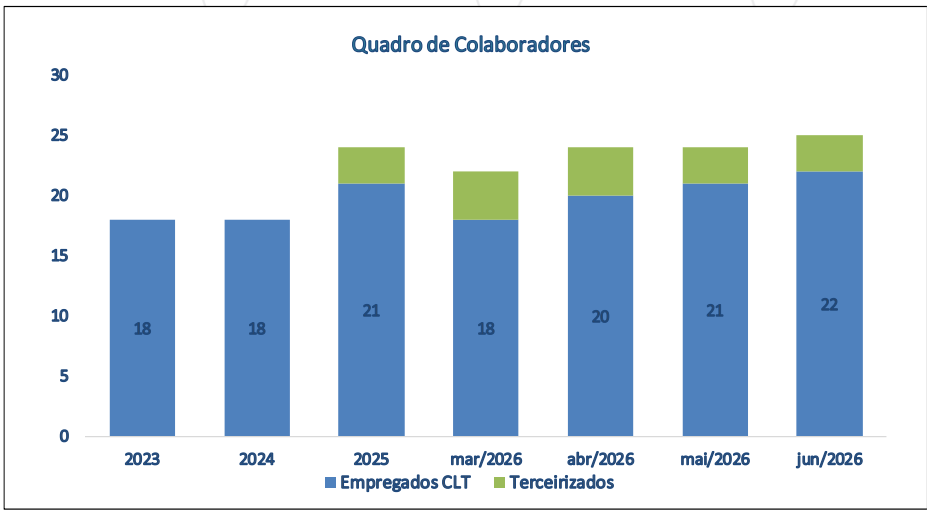
SÓCIO	QUOTAS	VALOR
FS PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	90.000	R$ 90.000,00
TOTAL	**90.000**	**R$ 90.000,00**

5 QUADRO DE COLABORADORES

A Recuperanda apresentou no final de JUNHO/2026, o total de 25 (vinte e cinco) colaboradores, sendo 22 (vinte e dois) CLT e o restante terceirizados. Segue tabela comparativa na sequência, onde observa-se a evolução da quantidade de trabalhadores:

Quadro Colacoradores	2023	2024	2025	mar/2026	abr/2026	mai/2026	jun/2026
Empregados CLT	18	18	21	18	20	21	22
Terceirizados	(*)	(*)	3	4	4	3	3
Total	**18**	**18**	**24**	**22**	**24**	**24**	**25**

(*) *Dados passados não disponíveis*

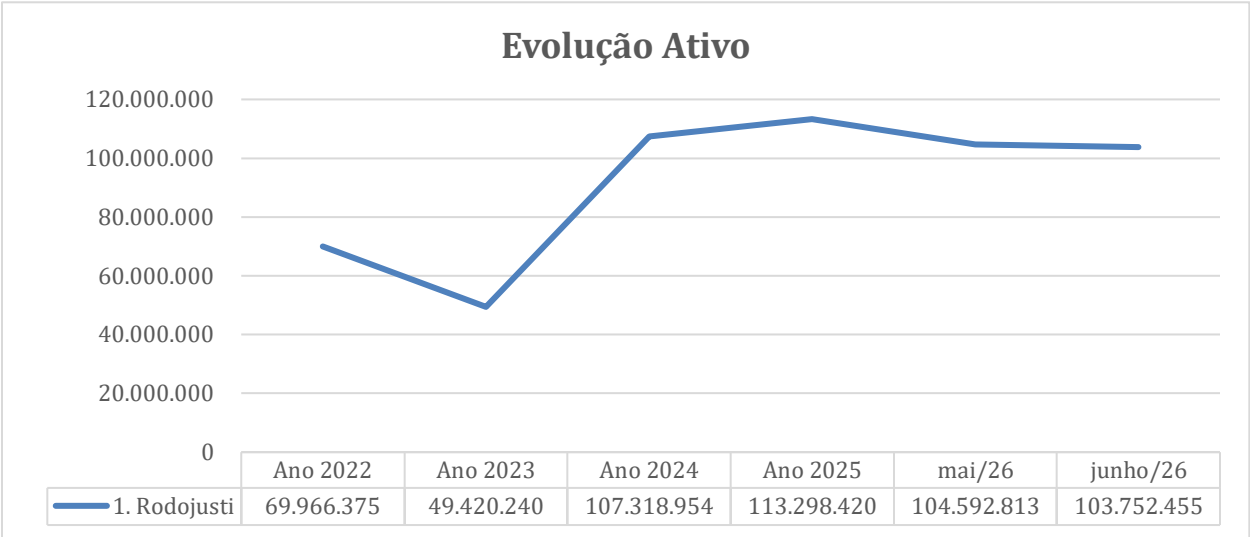


Cumpre destacar que não foram apresentados demonstrativos de todos os anos em análise, referente a mão de obra terceirizada.

6 ANÁLISE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 ATIVO

Segue gráfico com a consolidação das informações, onde é possível visualizar a evolução do Ativo:



	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	mai/26	junho/26
1. Rodojusti	69.966.375	49.420.240	107.318.954	113.298.420	104.592.813	103.752.455

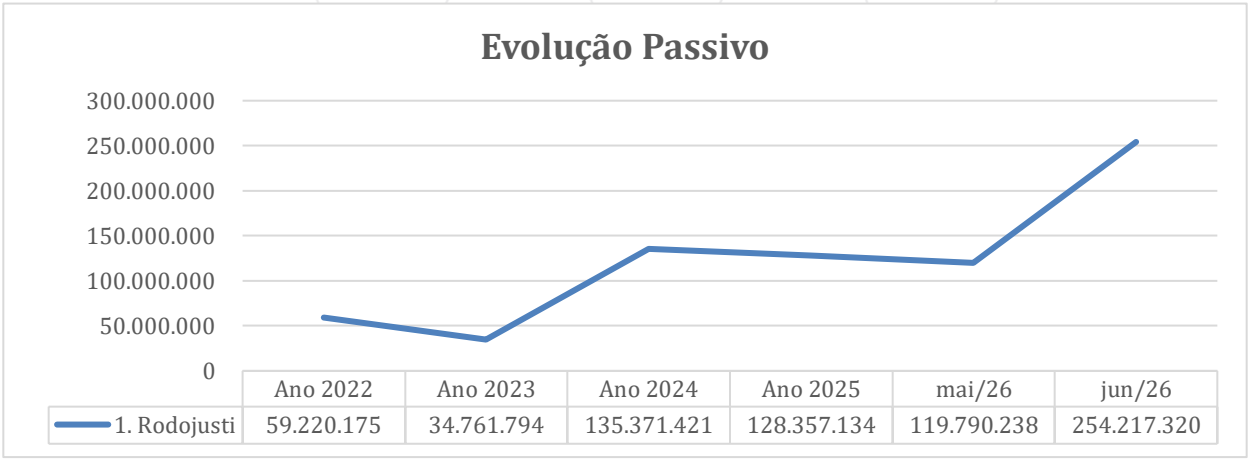
Podemos destacar na análise que a partir do ano de 2024 ocorreu aumento relevante no total do Ativo, consequência principalmente do registro na rubrica “Contas a Receber de Clientes” partindo do saldo de R$ 16,712 milhões (2023) para R$ 71,973 milhões (2024), mantendo-se elevados nos anos seguintes e atualmente (JUN/2026) tem um valor de R$ 74,853 milhões.

A principal origem de tal elevação se dá por conta da inadimplência dos clientes, principalmente, dois clientes específicos (frigoríficos), Stapazzoli e Super Lider que entraram em Recuperação Judicial e estão em aberto no contas a receber de JUNHO/2026 em um montante de R$ 19,584 milhões e R$ 21,595 milhões, respectivamente.

ATIVO			
CIRCULANTE	**mai/2026**	**jun/2026**	***Δ %***
Disponibilidades	68.834	66.389	***(3,55)***
Contas a Receber de Clientes	73.049.682	74.853.325	***2,47***
Estoques	1.851.282	531.522	***(71,29)***
Tributos a Recuperar	12.944.365	12.187.082	***(5,85)***
Adiantamentos Fornecedores	5.983.956	5.699.638	***(4,75)***
Antecipação de Lucros	190.904	190.904	-
Depósitos Judiciais	361.676	361.795	***0,03***
Outras Contas a Receber	98.875	60.587	***(38,72)***
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	94.549.574	93.951.242	***(0,63)***
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Tributos a Recuperar (LP)	187.796	165.061	***(12,11)***
Outras contas a receber (LP)	2.394.064	2.394.064	-
Investimentos (LP)	4.160	4.160	-
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.002.555	5.979.820	***(0,38)***
PERMANENTE			
Imobilizado	4.040.684	3.821.393	***(5,43)***
TOTAL DO PERMANENTE	4.040.684	3.821.393	***(5,43)***
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.043.239	9.801.213	***(2,41)***
TOTAL DO ATIVO	**104.592.813**	**103.752.455**	***(0,80)***

6.2 PASSIVO

Segue gráfico com a consolidação das informações, onde é possível visualizar a evolução do Passivo:



No ano de 2024 ocorreu uma elevação exorbitante do passivo para R$ 135,371 milhões, composto principalmente por dívidas com Instituições Financeiras, Duplicatas Descontadas e Fornecedores, que representam R$ 101,266 milhões, sendo que nos períodos seguintes as contas citadas mantiveram-se com saldos elevados.

Podemos destacar como uma variação relevante o saldo no Passivo referente

a rubrica “Duplicatas Descontadas” de R$ 5,592 milhões registrado no ano de 2023 para R$ 43,050 milhões no ano de 2024. Não obstante, esta conta contábil teoricamente está garantida pelos títulos a vencer e passa a ser um passivo apenas quando os clientes não efetuam o pagamento dos títulos.

Outra variação relevante se consiste na rubrica “Instituições Financeiras”, partindo de R$ 22,490 milhões registrados no ano de 2023 para R$ 46,362 milhões em 2024. A empresa adotou a estratégia de buscar capital de terceiros, com intuito de manter suas atividades no momento turbulento que passou.

As rubricas de Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos e Obrigações Trabalhistas referente Recuperação Judicial passaram a ser contabilizadas no Passivo Não Circulante a partir de junho/2026, após solicitação deste administrador.

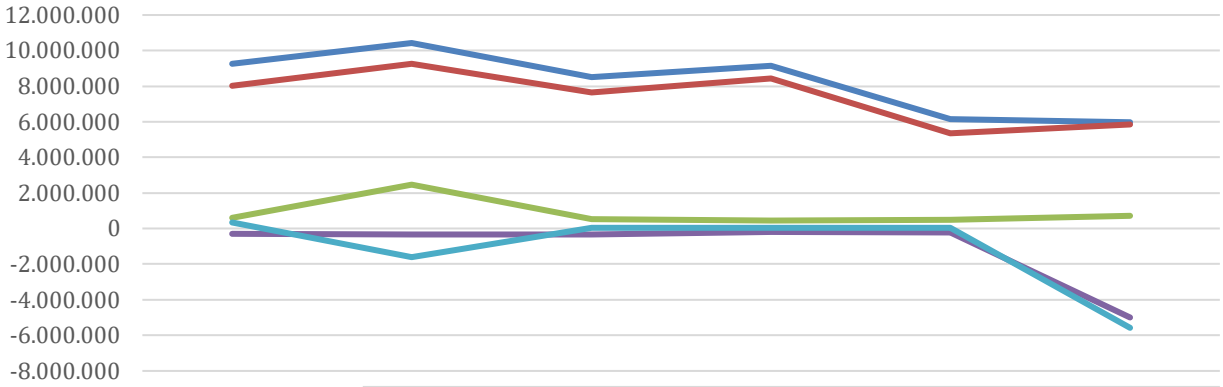
Em junho/2026 houve uma elevação exorbitante no Passivo da empresa, mais especificamente na rubrica Obrigações Tributárias, onde partiu de R$ 153 mil em maio/2026 para R$ 134,654 milhões em junho/2026. Tal elevação se dá pela contabilização do ICMS que está em dívida ativa, no valor de R$ 134.498.576,08 devido ao reconhecimento do PAF/SC nº 2500000295531, sendo R$ 129.741.511,96 de ICMS e R$ 4.757.064,12 juros da notificação fiscal.

PASSIVO			
CIRCULANTE	**mai/2026**	**jun/2026**	***Δ %***
Fornecedores	3.237.701	1.688.529	***(47,85)***
Fornecedores RJ	44.968.439	-	***(100,00)***
Empréstimos e Financiamentos	13.111.254	12.969.566	***(1,08)***
Empréstimos e Financiamentos RJ	14.547.396	-	***(100,00)***
Títulos a Pagar	758.010	758.010	***-***
Duplicatas Descontadas	4.240.332	5.975.649	***40,92***
Obrigações Tributárias	153.761	134.654.400	***87.474,11***
Obrigações Trabalhistas	231.137	231.240	***0,04***
Obrigações Trabalhistas RJ	548.975	-	***(100,00)***
Parcelamentos Tributários	792.701	786.246	***(0,81)***
Venda faturada e não entregue	29.048.481	29.048.481	***-***
Adiantamento de Clientes	690.091	616.494	***(10,66)***
Outras Obrigações	-	-	***-***
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	112.328.278	186.728.615	***66,23***
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores RJ (LP)	-	44.968.439	***100,00***
Empréstimos e Financiamentos RJ (LP)	-	14.547.396	***100,00***
Obrigações Trabalhistas RJ (LP)	-	548.975	***100,00***
Parcelamentos Tributários (LP)	2.609.846	2.571.780	***(1,46)***
Fornecedores RJ	4.852.114	4.852.114	***-***
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.461.960	67.488.704	***804,44***
	119.790.238	254.217.320	***112,22***
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	90.000	90.000	***-***
Lucros ou Prejuízos acumulados	(15.287.425)	(150.554.865)	***884,83***
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(15.197.425)	(150.464.865)	***890,07***
TOTAL DO PASSIVO	**104.592.813**	**103.752.455**	***(0,80)***

A Rubrica “Venda faturada e não entregue” no montante de R$ 29,048 milhões são faturamentos efetuados a clientes que as mercadorias ainda não foram entregues e acabam inflacionando tanto o ativo como o passivo da Recuperanda.

6.3 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para melhor análise da evolução dos resultados da Recuperanda, segue gráfico com os dados dos últimos meses, comparando-se o Faturamento Líquido, Custos e despesas, bem como o lucro ou prejuízo auferido:



	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26
Receita Operac. Líquida	9.274.696	10.427.042	8.504.485	9.137.429	6.139.713	5.973.159
Custos de Serviço	8.037.130	9.259.507	7.630.081	8.449.409	5.351.518	5.841.628
Demais Despesas/Receitas	613.150	2.466.859	513.806	449.465	509.041	712.941
Resultado Financeiro	-282.154	-318.951	-327.736	-191.260	-234.292	-4.996.680
Lucro (Prejuízo)	342.262	-1.618.274	32.861	47.294	44.861	-5.578.090

A recuperanda registrou no mês de JUNHO/2026, o faturamento líquido de R$ 5,973 milhões, que representa em uma redução de 2,71% quando comparado ao mês anterior.

Nos custos dos Serviços Prestados/Mercadorias Vendidas, apurou o total de R$ 5,841 milhões, aumento de 36,66%, e as demais despesas apuraram o total de R$ 712 mil, aumentando em 40,06% quando comparado ao mês anterior.

A recuperanda registrou seus encargos financeiros agora em junho/2026 da notificação fiscal, corroborando na piora de seu resultado.

No Resultado final, a empresa apurou um prejuízo mensal de R$ 5,578 milhões,

sendo o prejuízo acumulado anual parcial (JANEIRO a JUNHO) de R$ 6,729 milhões. Para melhor análise segue Demonstração do Resultado Mensal e Acumulada Anual:

D E R E X - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO MENSAL

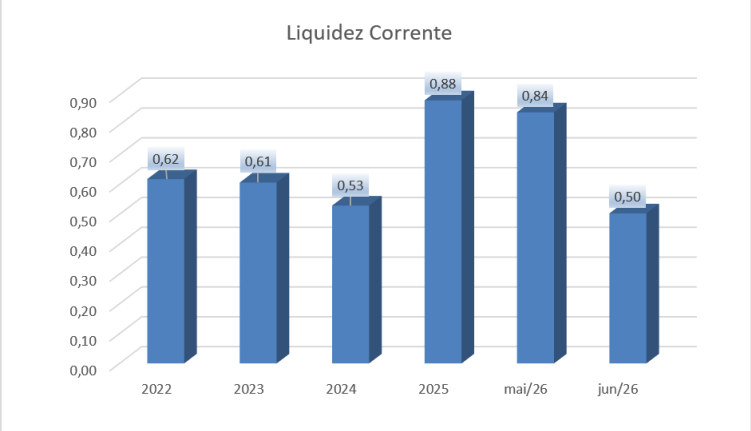
	mai/2026	jun/2026	Δ %
Receita Operacional Bruta			
Vendas de Mercadorias	5.989.493	6.717.236	***12,15***
Receita Prestação de Serviços	1.651.839	1.435.796	***(13,08)***
Receita Operacional Bruta - Total	7.641.332	8.153.032	***6,70***
Deduções			
Devoluções de Vendas	(109.110)	(73.064)	***(33,04)***
Deduções sobre Vendas	(1.392.510)	(2.106.809)	***51,30***
Receita Operacional Líquida	6.139.713	5.973.159	***(2,71)***
Custo dos Serviços/Mercadorias	(5.351.518)	(5.841.628)	***9,16***
Lucro Bruto	788.194	131.531	***(83,31)***
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(463.682)	(459.033)	***(1,00)***
Resultado Financeiro	(234.292)	(4.996.680)	***2.032,67***
Outras despesas/Receitas Operacionais	(45.359)	(253.908)	***459,78***
Lucro Operacional	44.861	(5.578.090)	***(12.534,13)***
Resultado Não Operacional	-	-	***-***
IRPJ e CSLL	-	-	***-***
Lucro/Prejuízo do Exercício	**44.861**	**(5.578.090)**	***(12.534,13)***

D E R E X - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	mai/2026	jun/2026	Δ %
Receita Operacional Bruta			
Vendas de Mercadorias	47.180.723	53.897.959	***14,24***
Receita Prestação de Serviços	7.795.064	9.230.861	***18,42***
Receita Operacional Bruta - Total	54.975.788	63.128.820	***14,83***
Deduções			
Devoluções de Vendas	(1.167.477)	(1.240.541)	***6,26***
Deduções sobre Vendas	(10.324.947)	(12.431.756)	***20,41***
Receita Operacional Líquida	43.483.364	49.456.523	***13,74***
Custo dos Serviços/Mercadorias	(38.727.645)	(44.569.273)	***15,08***
Lucro Bruto	4.755.719	4.887.250	***2,77***
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	(2.364.914)	(2.823.947)	***19,41***
Resultado Financeiro	(1.354.394)	(6.351.074)	***368,92***
Outras despesas/Receitas Operacionais	(2.187.407)	(2.441.315)	***11,61***
Lucro Operacional	(1.150.996)	(6.729.085)	***484,63***
Resultado Não Operacional	-	-	***-***
IRPJ e CSSL	-	-	***-***
Lucro/Prejuízo do Exercício	**(1.150.996)**	**(6.729.085)**	***484,63***

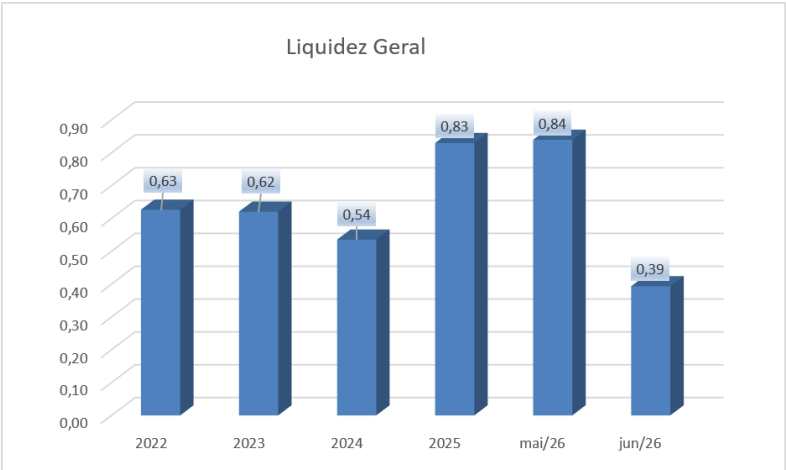
6.4 INDICADORES FINANCEIROS

Quanto aos indicadores financeiros, segue gráfico com o índice de Liquidez Corrente, que demonstra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) para fazer frente às dívidas também de curto prazo (Passivo Circulante).



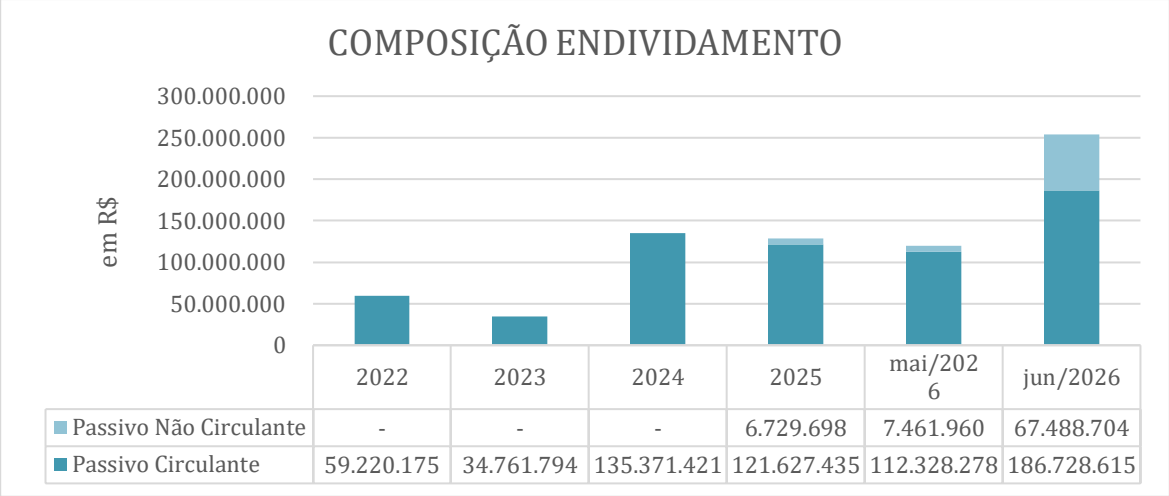
Desde o ano de 2022 a empresa apresenta o Índice de Liquidez Corrente com resultados inferiores a 1 em todos os períodos avaliados, piorando drasticamente no ano de 2024 com a redução para 0,53. Quanto ao mês de JUNHO/2026, o índice é de 0,50, sendo o pior desde o início da RJ.

Na sequência da análise, destaca-se o índice de Liquidez Geral, que tem por finalidade demonstrar o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) e de longo prazo (Ativo Não Circulante) para fazer frente às dívidas de curto (Passivo Circulante) e de longo prazo (Passivo Não Circulante). A leitura do índice obtido é no sentido de quanto a empresa possui de obrigações para cada real (R$) de ativos. Segue gráfico demonstrando a evolução desde o ano de 2022:



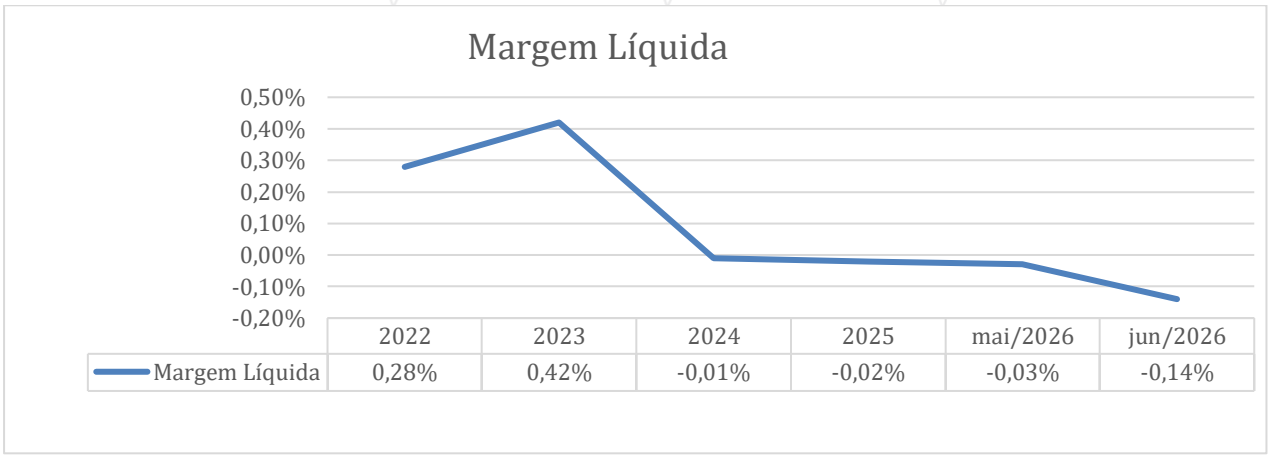
O índice de liquidez geral acompanha a liquidez corrente, com resultados inferiores a 1 em todos os períodos avaliados, o que representa a falta de capacidade de pagamento das dívidas. Quanto ao mês de JUNHO/2026, apresentou o índice de 0,39, sendo o pior desde o início da RJ, demonstrando possível complicações com endividamento.

O endividamento da Recuperanda registrado nas demonstrações contábeis pode ser demonstrado resumidamente, conforme gráfico abaixo:



	2022	2023	2024	2025	mai/2026	jun/2026
Passivo Não Circulante	-	-	-	6.729.698	7.461.960	67.488.704
Passivo Circulante	59.220.175	34.761.794	135.371.421	121.627.435	112.328.278	186.728.615

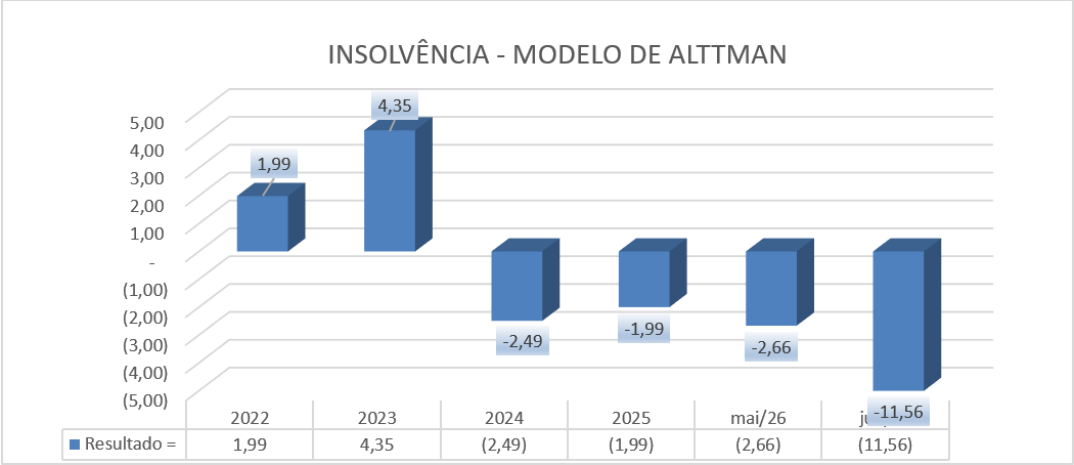
Para complementar a análise, segue gráfico comparativo das margens líquidas apuradas ao longo dos últimos anos, considerando o resultado consolidado das empresas que compõe o grupo, que evidencia resultados negativos inclusive no ano corrente:



	2022	2023	2024	2025	mai/2026	jun/2026
Margem Líquida	0,28%	0,42%	-0,01%	-0,02%	-0,03%	-0,14%

Além dos indicadores já mencionados, segue a evolução do índice de Insolvência (Modelo de Altman), que tem por finalidade demonstrar o grau de insolvência, que pode ser definido como a incapacidade de pagamento das obrigações, e por

consequência evidencia o risco da descontinuidade da entidade.



6.5 DÍVIDAS CONCURSAIS E EXTRACONCURSAIS

6.5.1 CREDORES CONCURSAIS

A Administração Judicial, com fulcro no artigo 7º, §2º da Lei 11.101/05 apresentou a Relação de Credores, a qual foi devidamente publicada no dia 11/06/2025, cujo resumo segue abaixo:

RESUMO RELAÇÃO DE CREDORES	
Classe	**Valor (R$)**
Trabalhista	548.975,41
Garantia Real	0,00
Quirografário	60.612.313,44
ME/EPP	3.755.635,21
TOTAL	**64.916.924,06**

6.5.2 CREDORES EXTRACONCURSAIS

6.5.2.1 DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS

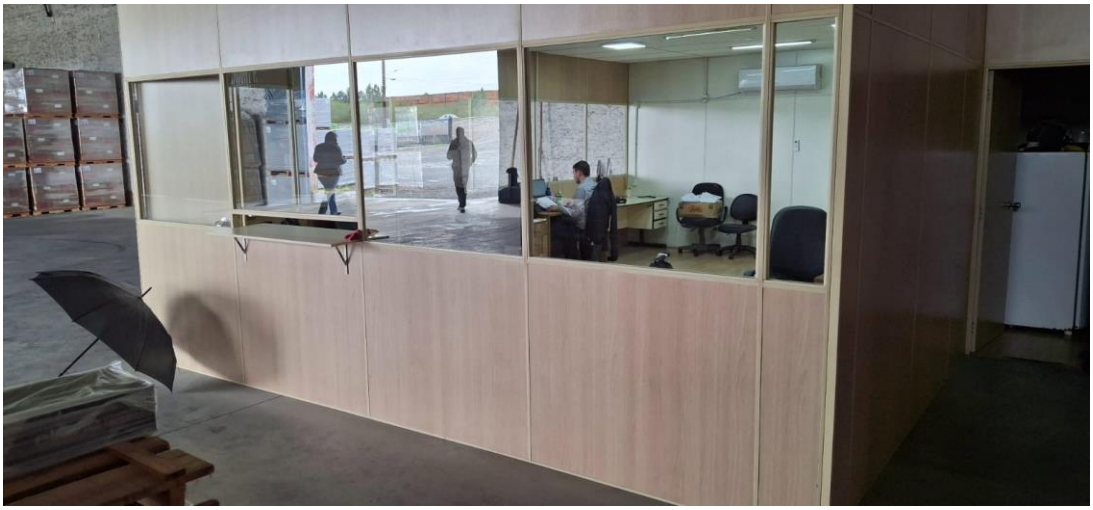
Além disso, a Recuperanda reconheceu os saldos as dívidas tributárias ao longo dos últimos anos, conforme tabela abaixo:

Conta Contábil	Descrição Conta Contábil	mai/2026	jun/2026
		R$	**R$**
361	ICMS A RECOLHER	139.383,36	139.070,19
363	ISS A RECOLHER	-	-
365	IRPJ A RECOLHER	-	-
364	CSLL A RECOLHER	-	-
366	IRRF A RECOLHER	7.959,60	8.678,77
362	PIS A RECOLHER	-	-
368	COFINS A RECOLHER	34,32	37,71
376	CSRF A RECOLHER	6.383,24	8.037,65
369	INSS RETIDO A RECOLHER	-	-
309	FUNRURAL A RECOLHER	-	-
383	INSS A RECOLHER	45.636,72	44.070,32
382	FGTS A RECOLHER	40.164,98	38.553,63
82285	ICMS DVA 260001421006	-	134.498.576,08
420	PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	792.701,49	786.245,78
	Total Passivo circulante	**1.032.263,71**	**135.523.270,13**
460	PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS (LP)	2.609.845,96	2.571.780,28
	Total Passivo não circulante	**2.609.845,96**	**2.571.780,28**
	TOTAL PASSIVO TRIBUTÁRIO	**3.642.109,67**	**138.095.050,41**

7 VISITA TÉCNICA

A fim de verificar as condições operacionais da Recuperanda, a Administração Judicial realizou visita técnica *in loco*, no dia 29/07/2026, conforme registros fotográficos abaixo, os quais comprovam que a empresa encontra-se em plena atividade:











8 QUESTIONÁRIO SOBRE A DURAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
A devedora é:	☐Empresa de Pequeno Porte (EPP); ☐Microempresa (ME) ☒Empresa Média ☐Empresa Grande ☐Grupos de Empresas ☐Empresário Individual
Houve litisconsórcio ativo?	☒Sim ☒Não
Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo?	Tributário: ☒ Sim ☐ Não Demais créditos: ☒Sim ☐Não
Houve realização de constatação prévia?	☒Sim ☐Não
O processamento foi deferido?	☒Sim ☐Não
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a relação de credores elaborado administrador judicial?	87 dias
Qual o tempo decorrido entre a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborado administrador judicial?	70 dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação?	209 dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores?	284 dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano)?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial e a convolação em falência?	Não se aplica
Qual o tempo decorrido entre a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores?	___ dias
Qual o tempo decorrido entre a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05?	360 dias

Qual o tempo decorrido entre o tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convolada em falência)?	Não se aplica.
Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58, §1º, da Lei 11.101/05 (*cram down*)?	☐Sim ☒Não
Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial?	☐Sim ☒Não
Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável)?	☐Sim ☒Não
Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05:	☐Sim ☒Não
Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05?	☐Sim ☒Não
Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial?	☐Sim ☒Não
Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial?	☐Sim ☒Não
Indique a razão da convolação da recuperação judicial em falência.	Não se aplica.
Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial?	☒Sim, fixado em 2,5% (dois virgula cinco por cento) do passivo sujeito ao processo recuperacional de R$ 64.916.924,06. ☐Não

É o relato do necessário.

Blumenau/SC, 31 de julho de 2026.

WILHELM SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Mara Denise Poffo Wilhelm
Administradora Judicial
OAB/SC 12.790-B